



MISCELÂNEA

Revista de Pós-Graduação em Letras

UNESP – Campus de Assis

ISSN: 1984-2899

www.assis.unesp.br/miscelanea

Miscelânea, Assis, vol.5, dez.2008/maio 2009



POLÍTICA LINGÜÍSTICA: FORMAÇÃO HISTÓRICA E INFLUÊNCIA DO PORTUGUÊS DO BRASIL NO MUNDO ATUAL*

Michelle Machado de Oliveira
(Mestranda — UnB/CNPq)
Enilde Faulstich
(Orientadora — UnB)

RESUMO

Neste artigo, procurou-se discutir a formação da língua portuguesa e sua respectiva influência no mundo atual por meio de estudo sincrônico-diacrônico, no qual analisaram-se fatos históricos, sociais e lingüísticos. Esta pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de constatar os mecanismos de política lingüística que explicam como se originou a Língua Portuguesa e mostrar a relevância do ensino do Português para os diversos povos. Para melhor organizar as idéias, o conteúdo está dividido em duas partes, em torno dos subtemas que abordam 1) disputas na Ibéria antiga e história da Língua Portuguesa; e 2) ensino do Português no mundo.

PALAVRAS-CHAVE

Disputas na Ibéria antiga; história da Língua Portuguesa; ensino do Português.

ABSTRACT

In this article, the aim was to discuss the formation of the Portuguese Language and its influence in the current world through a synchronic-diachronic approach, in which historical, social and linguistic facts were analyzed. This research was developed in order to verify the mechanisms of linguistic politics that explain how the Portuguese Language originated and to show the relevance of Portuguese Language teaching for different people in the world. In order to properly organize the ideas, the content was divided in two parts around the sub-themes that approach i) the disputes in Ancient Iberia and the history of the Portuguese Language; and ii) Portuguese Language teaching in the world.

KEYWORDS

Disputes in Ancient Iberia; History of the Portuguese Language; teaching of the Portuguese.

* Esta pesquisa foi desenvolvida em 2006, no Programa de Iniciação Científica (PIC), da Universidade de Brasília (UnB), com apoio do CNPq, e sob a orientação da Profa. Enilde Faulstich.

Introdução

Neste artigo, analisaram-se aspectos da formação da Língua Portuguesa, com a finalidade de possibilitar a compreensão dos fatos sociais, históricos e lingüísticos. Os fatos históricos foram interpretados para averiguar as influências na sincronia e contribuíram para a constatação dos mecanismos de política lingüística que explicam como se originou a Língua Portuguesa. Além disso, identificou-se a relevância do ensino do Português para os diversos povos, para, assim, difundir, no âmbito internacional, o Português do Brasil, de acordo com as políticas lingüísticas vigentes.

Os eventos históricos ocorridos na Península Ibérica configuraram as influências dos diferentes povos, os quais contribuíram para a formação das línguas românicas que geraram línguas diferentes, em Estados diferentes, cada uma delas governadas por políticas lingüísticas específicas. Além disso, a relação entre história, história de língua e língua em si é complexa e se faz de forma lenta e gradual durante os processos de formação de identidade e nacionalidade. Perante essa reflexão, verifica-se que a História e a Política correlacionam-se.

Método

O método utilizado no desenvolvimento da pesquisa foi o comparativo-descritivo por meio de estudo sincrônico-diacrônico. As informações históricas foram recolhidas para a prática de pesquisa com foco na formação da Língua Portuguesa, do século XVI em diante, com o intuito de possibilitar a compreensão dos fenômenos lingüístico-históricos e a influência do Português no mundo atual. A pesquisa foi feita em bibliografia que possibilitou análises e reflexões históricas que desvendassem as diferentes épocas dessa formação.

Pressupostos teóricos

Parte I: Disputas na Ibéria antiga e História da Língua Portuguesa

Diversos fatos históricos, sociais e lingüísticos ocorreram no período de formação da Península Ibérica, tais como: a divisão romana no espaço geolingüístico da Ibéria e a evolução política do latim ao Português, com a interferência do mundo árabe na Península Ibérica; a influência da invasão muçulmana na organização lingüística hispânica e portuguesa; a Reconquista e a formação do Estado Português.

O estudo histórico sincrônico-diacrônico sobre a formação da Península Ibérica até a formação do Estado Português proporciona a constatação dos mecanismos de política lingüística que explicam como se originou a Língua Portuguesa e a influência dos fatos históricos no mundo atual, já que "língua é uma instituição cujas modificações se ligam indissolivelmente à história da coletividade que a emprega", assim como Silva Neto (1986, p. 54) a definiu.

A Grande Ibéria dos povos abrange centenas de milhões falantes do português e castelhano, aproximando as outras línguas da Península Ibérica e da Ibero-América, África e Oceania, num mundo dividido em impérios de fônias. Dessa informação, depreende-se que os diversos contatos que existiram entre os povos na Península Ibérica originaram modalidades de línguas diferentes.

A Península Ibérica foi habitada por povos autóctones que vieram a ser conhecidos como Iberos, povos agrícolas, originários do Norte da África, de onde emigraram no século VI a.C. para a Península. Pelo século VI a. C., invadiram-na os Celtas, povo de origem indo-européia que veio dos Pirineus, os quais se mesclaram com os Iberos e deram origem aos povos Celtiberos. Pelos tempos adiante, outros povos, os Fenícios, os Gregos e os Cartagineses, estabeleceram colônias comerciais em várias localidades da Península.

No século III a. C., os romanos invadiram a Península a fim de sustentar a expansão de Cartago, a qual surgiu como potência econômica e militar e, assim, constituía-se como uma ameaça ao domínio do mundo mediterrâneo, pretendido por Roma. Os romanos iniciaram três guerras sangrentas conhecidas como Guerras Púnicas. Roma obteve vitória em todas elas, de modo que conseguiu livrar-se definitivamente de sua rival Cartago, que foi destruída. (ILARI, 1997, p. 42-3).

Com a derrocada dos cartagineses, os romanos partiram para a conquista da Península e levaram dois séculos para conseguir. Ocorreu, no século III a.C, a latinização, também denominada romanização, que consiste na assimilação cultural, lingüística e política dos povos incorporados ao universo da civilização latina (BASSETO, 2001, p. 103). Naquele momento, poderosos fatores concorrem para a eficácia da romanização, tais como: o recrutamento militar dos jovens provincianos; o sistema rodoviário romano; o direito de cidadania romana concedida aos povos que habitavam a região, e o cristianismo, como elemento forte de unificação. Esses fatores possibilitaram a unidade do Império Romano, apesar da diversidade dos povos que o compunham. Os romanos organizaram a Península em vários domínios da administração, abriram estradas, estimularam o comércio.

O Império Romano teve como origem o povo que habitava a região do antigo Lácio e que tinha como língua o latim. Esse povo criou, a partir do século IV, um Império que atingiu três continentes — Europa, Ásia e África, compreendendo conquistas como a da Sicília, da Sardenha, da Península Ibérica, das Gálias, de Cartago, da África, da Macedônia, da Grécia, da Bretanha, da Dácia e da Mesopotâmia.

No início da era cristã, o Império Romano atingiu o apogeu de sua expansão e os romanos impuseram a sua cultura a todos os povos conquistados. E esse foi um dos fatores decisivos da hegemonia política e cultural que garantiu a

implantação do latim falado como língua geral. Este Império era constituído por um conglomerado de raças, as quais influenciaram na formação de diferentes normas lingüísticas a língua dos dominadores, sofreu influência ao ter contato com outras línguas, assim como também as influenciou, principalmente no léxico da variedade lingüística falada pelo povo. Além disso, o aumento da riqueza advinda das conquistas, o crescimento populacional de Roma e o desenvolvimento da cultura refletiram no latim, o que fez com que a língua se diversificasse em vários tipos de normas.

Surgiram variedades do latim, tais como: o *sermo urbanus*, a linguagem do estrato social mais culto, formou o núcleo essencial da Língua Portuguesa; o *sermo plebeus* da massa popular inculta, desigualdade genérica, na qual se distinguem o *sermo rusticus*, a fala descuidada dos camponeses pastores, o *sermo castrensis* do importante segmento militar e o *sermos peregrinus*, usado pelos estrangeiros; *sermos classicus* ou *literarius* artístico, só escrito, uma estilização do *sermo urbanus* (BASSETO, 2001, p. 91-2).

A implantação do latim na Península Ibérica constitui fator decisivo para a formação da Língua Portuguesa. Essa implantação se deu no século II a.C., quando as legiões de Roma conquistaram a Hispânia e impuseram a sua civilização. Contudo, a romanização da Península não se deu de maneira uniforme, mas, aos poucos, o latim se impôs até as línguas nativas, existentes no espaço geopolítico da região, desaparecerem. No período da romanização, havia vestígios das línguas que existiram na região, os chamados substratos ² que são incorporados ao latim.

Todavia, no século I d.C, o Império Romano entrou em declínio. A fragmentação desse Império se deu por causa do despovoamento proveniente da epidemia de peste. A redução da população diminuiu a mão-de-obra nos setores

² Carvalho; Nascimento (1970, p. 21) definiram substrato lingüístico como "a língua de um povo vencido sobre a qual se superpõe a língua do vencedor".

da economia, gerou a decadência do exército militar, e, como consequência, facilitou a invasão bárbara. Esses fatos provocaram um empobrecimento geral, devido à instabilidade social, causada, sobretudo, pelas guerras civis e desordens administrativas.

Quando se deu este declínio, a Península Ibérica estava totalmente latinizada. Nesse quadro de mistura étnica, o latim apresentava feições particulares, mesclado de elementos celtas e ibéricos, basicamente no vocabulário. Com a invasão romana nesse território, todos os povos ali estabelecidos, com exceção dos bascos, passam a conviver com o latim e se inicia o processo de formação do espanhol, do português e do galego.

Nos séculos V e VIII, a Península foi invadida pelos bárbaros germanos (alanos, suevos, vândalos, visigodos), de forma que a Península Hispânica passou a ser formada pelo Reino dos Suevos e pelo Reino dos Visigodos. (CARVALHO; NASCIMENTO, 1970, p. 21). As contribuições lingüísticas germânicas somaram-se ao latim, formando os superestratos.³ O vocabulário foi enriquecido com a introdução de palavras oriundas do germânico.

É válido acrescentar que, no plano lingüístico, o século V d.C. marcou o início do romance, estágio intermediário entre o latim vulgar e as modernas línguas latinas, como o português, o espanhol, o francês, o italiano e romeno. O romance foi utilizado na Ibéria até o século IX, quando ocorreu a grande diferenciação do latim numa multiplicidade de falares, no período em que surgiram os primeiros documentos latino-portugueses. Nessa fase de transição, apareceram textos escritos nas diversas línguas românicas.

Entre as diferentes invasões ocorridas na Península Ibérica, cabe considerar a dos árabes, provindos do Norte da África, no século VIII, os quais

³ Segundo Basseto (2001, p. 157), superestrato designa os vestígios e as influências de um povo dominador no idioma do dominado.

venceram os cristãos visigodos, chegaram ao centro da Espanha e apoderaram-se do território que veio a formar Portugal.

Com a invasão mulçumana (árabes e berberes), o latim sofreu mais modificações, pois o árabe foi adotado como língua oficial, mas o povo subjugado continuou a falar o romance. Mesmo assim, a influência da cultura árabe na Península Hispânica foi marcante e funcionou como um adstrato⁴. O longo contato entre muçulmanos e cristãos resultou na assimilação, por parte dos cristãos, de vocabulários especializados de origem árabe. Cerca de mil vocábulos de origem árabe existem no léxico da língua portuguesa.

No século IX, pertenciam aos domínios muçulmanos a maior parte da Península Ibérica, África, a Palestina e diversas ilhas mediterrâneas. A conquista das terras ibéricas obrigou os cristãos que estavam nesses territórios a se submeterem ao Islã ou a se refugiarem no Norte da Península, onde se constituíram pequenos reinos independentes, que, depois, formaram, também, Portugal e Espanha.

Todavia, o combate aos muçulmanos tornou-se o principal fator de alianças entre os cristãos ibéricos na busca de defenderem sua identidade cultural, política e religiosa. Apesar da resistência, algumas povoações receberam diretamente a influência dos árabes, formaram os moçárabes, que quer dizer misto de árabe, mistos na linguagem, nos costumes, mas não na religião, pois continuavam cristãos (CARVALHO; NASCIMENTO, 1970, p. 21).

Os muçulmanos não conseguiram ocupar a região no Norte e no Noroeste da Península, locais de grandes povoações de cristãos, hispano-godos e lusitano-suevos, os quais não aceitaram o domínio muçulmano. Em decorrência, no século XI, os cristãos do Norte organizaram um movimento bélico e político, denominado Reconquista Cristã, com o objetivo de expulsar os árabes da Península e recuperar

⁴ No adstrato, nenhuma das línguas intervenientes desaparece; apenas convivem e se influenciam (BASSETO, 2001, p.164).

as terras que foram perdidas. A guerra travada foi chamada de Santa ou Cruzada, por meio das conquistas obtidas, os cristãos formaram os reinos de Leão, Aragão, Navarra e Castela.

Durante a Guerra Santa, vários nobres lutaram para ajudar D. Afonso VI, rei de Leão e Castela. Um deles, D. Henrique, conde de Borgonha, recebeu a mão de D. Teresa, filha do rei, como recompensa pelos serviços prestados na luta contra os árabes. Conseqüentemente, o rei de Leão e Castela deram-lhe como dote o Condado de Portugal — território desmembrado da Galiza, junto ao rio Douro. D. Henrique, por sua vez, anexou novos territórios ao seu condado, que tomou o contorno do que hoje é Portugal. Em 1128, o condado do reino de Castela e Leão se tornou independente. D. Afonso Henriques, filho do casal, funda a Nação Portuguesa que passou a ser independente em 1143. D. Afonso Henriques, inicia, assim, a nacionalidade portuguesa, como primeiro rei de Portugal. Em Portugal, os territórios foram reconquistados. Em 1492, concluía-se a conquista da península, com a incorporação de Granada à Espanha pelos Reis Católicos.

No período que vai dos séculos IX ao XII, já se encontram registros de alguns termos portugueses em textos escritos em latim bárbaro por tabeliães e notários, mas o português ainda era basicamente língua falada. Em 1290, o rei D. Diniz funda a Escola de Direitos Gerais e obriga, em decreto, o uso oficial da Língua Portuguesa do reino de Portugal, já que seguiu também nisso o modelo de seu avô, Afonso X de Leão e Castela, que no seu reinado, iniciado em 1252, instituiu o castelhano como língua oficial de seu reino. Sabe-se também que, apesar de o português só ter sido oficializado no tempo de D. Diniz, já, a partir de 1255, na chancelaria do rei Afonso III de Portugal, ao lado do latim já era usado o português nos diplomas oficiais. Quando Portugal foi constituído, a língua falada era o românico galego-português, que apresentava relativa unidade e muita variedade, mas que dá origem ao galego e ao português.

Até a ruptura entre o Condado de Portugal e o reino de Castela (século XIII), o Português não se distinguia do galego, falado na província da Galiza. Em galego-português foram escritos os primeiros documentos oficiais, testamentos, títulos de venda e textos literários; surge a prosa literária em português, diferenciada do galego. É da mistura de diferentes línguas e dialetos, que surge a Língua Portuguesa, formada do contato entre os falares de diferentes povos, em que cada um deixou sua contribuição.

Mesmo com o latim na base das línguas, quando novas classes sociais assumiram o poder, foi instituído um modelo lingüístico exclusivo para ser seguido. Assim, desconectou-se do galego, e o português foi desvinculado de outras modalidades, tornando-se língua nacional e expandindo-se por vários territórios. As grandes navegações foram fundamentais para que o uso do português se ampliasse no mundo.

Espanha e Portugal entram, sob o impacto tecnológico, numa nova sociedade de massas, multiétnica e pluricultural, na Península Ibérica, rumo ao seu próprio mercado e integração política, no contexto europeu e mundial com desenvolvimento e crises (CHACON, 2005, p. 106). Portanto, aconteceu uma expansão dos portugueses pela Ásia, nos séculos XVI e XVII, a qual, legou, para todos os povos e sociedades envolvidas, variadas conseqüências. Após o descobrimento do caminho marítimo para a Índia, em 1458, os portugueses entraram em contato com um mundo lingüístico totalmente novo e exótico.

A Ásia, que se caracteriza por ser um mosaico lingüístico, com centenas de línguas e de dialetos, transferiu para os primeiros portugueses que visitaram o Oriente listas de vocabulários cujas centenas de palavras, de origem asiática, foram incorporadas à língua portuguesa ao longo do século XVI.

No Brasil, a chegada da língua portuguesa foi decisiva para que se confrontassem ibéricos e nativos. No processo histórico, a formação do território lingüístico brasileiro decorreu de forças que misturaram as línguas indígenas, as

línguas do colonizador e os falares africanos. Segundo Faulstich (1998, p. 249), "em 1757, o Marquês de Pombal criou a primeira lei sobre o idioma no Brasil, ao estabelecer a língua portuguesa como idioma oficial da Colônia." Essa decisão política resultou no ensino do português no vasto território brasileiro, o que afetou o uso das línguas gerais, que eram, de fato, as línguas vigentes. E, durante séculos, as línguas em contato serviram, entre outros fins, para modificar o panorama lingüístico nacional, porque as transformações criavam as condições necessárias para formar o espírito de nacionalidade. Nesse contexto, a Língua Portuguesa adquiriu especificidades locais e começou a definir-se como variedade brasileira.

Reservadas as dimensões históricas, geográficas, sociais e culturais, pode-se dizer, sob uma perspectiva metafórica, que o Brasil é uma síntese da grande Ibéria, com populações, em grande escala, ameríndias, africanas, européias, asiáticas, pois, no auge das imigrações, vieram para o Brasil povos variados, a saber, portugueses, espanhóis, italianos, e alemães, japoneses, entre outros. Os contatos dos povos, com variadas línguas, acarretaram mudanças no português e provocaram o surgimento de uma variedade típica do Brasil.

Parte II: Ensino do Português no mundo atual

O Português, na escala da quinta língua mais falada do mundo, está concentrado em praticamente duas áreas geográficas distintas, que são, de maneira efetiva, focos de difusão: Portugal e Brasil. Está claro que há afastamento entre os esquemas lingüísticos, o que configura diversidade na unidade e, por isso, hoje já não se pode mais referir um só Português. Na atualidade, as variedades do português representam o grau de identidade de cada uma das nações com o idioma português e o contato deste idioma com as línguas nacionais.

Cabe ressaltar que a Língua Portuguesa é uma das 10 línguas mais faladas no mundo. Diante disso, o Instituto Camões de Lisboa aponta 10 razões para aprender Português: 1) Língua de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe; 2) Língua de uso em Macau, Timor, Goa; 3) Língua de trabalho em Organizações Internacionais: ACP — Países da África, Caribe e Pacífico, Mercosul, OEI — Organização dos Estados Iberoamericanos, OUA — Organização de Unidade Africana, SADC — Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, EU — União Européia, UL — União Latina, UEMOA — União Econômica e Monetária da África Ocidental; 4) Língua que une 200 milhões de falantes; 5) Língua suporte de identificação de comunidades lusófonas: Alemanha, África do Sul, Austrália, Canadá, EUA, França, Luxemburgo, Suíça, Venezuela... 6) Língua de acesso ao conhecimento de um tempo histórico que revolucionou a imagem do planeta; 7) Língua de vitalidade comercial e diplomática, língua de evangelização e mediação religiosa; 8) Língua que permanece inalterável como legado jurídico, em zonas de anterior administração portuguesa; 9) Língua que viajou por toda a Terra, deixando uma herança fonética e semântica; 10) Língua difundida na sete partidas do mundo em formas ancestrais, como as crenças, os costumes, os ditados, os provérbios. (FAULSTICH, 2001, p. 135).

O mundo globalizado de hoje estreita as relações entre diferentes países bem como encurta as distâncias entre os povos e contribui para a difusão das línguas pelo mundo, devido ao livre trânsito de pessoas, de capitais e de mercadorias. Nesse contexto, as línguas desempenham papel político decisivo porque se consolidam, adquirem prestígio e patenteiam a efetiva difusão da consciência nacional. A internacionalização das trocas políticas e econômicas é feita por meio das línguas oficializadas no âmbito dos Estados (FAULSTICH, 2001, p. 105-6). Nesse quadro de política internacional, é o idioma que funciona como o suporte da reunião de povos.

O Brasil, por sua vez, está inserido nas relações internacionais através dos blocos econômicos, por isso possui um relevante papel político-lingüístico no contexto de um novo mapa de interação social no panorama da intercomunicação entre os povos.

É papel do Estado zelar pela unidade e aos usuários compete preservar a variedade, que existe em toda nação, assim é necessário adotar políticas lingüísticas condizentes com ações políticas adequadas e com políticas educativas estruturadas, com intuito de garantir a comunicação transnacional e promover o Português. Um exemplo de caso, em desacordo com o que se acaba de dizer, é a matéria apresentada no *Jornal Mundo Lusíada*, em que o CCP (Conselho das Comunidades Portuguesas) constatou a ausência de uma política de língua para efetivar o ensino do português no estrangeiro. E ilustra, ao dizer que o Canadá e os Estados Unidos são exemplos de países em que não há investimento dos governos federais no ensino de português, embora haja boa relação diplomática entre as nações.

Cabe observar que existem por volta de 55 frentes de trabalho no mundo (CEB's, Institutos e Fundações) aptas à divulgação do Português do Brasil, mas que, salvo melhor juízo, ainda falta o tratamento adequado para o ensino e a divulgação da nossa Língua.

Por outro lado, não faltaram esforços para que a Língua de Portugal, do Brasil e da África formasse uma unidade nos diferentes continentes. Para isso, o Brasil propôs a formação de uma Comunidade dos Países de Língua Portuguesa — CPLP. Assim, no dia 17 de julho de 1996, a criação da CPLP foi assinada pelos presidentes dos sete países de língua oficial portuguesa e somente em 2002, com a criação do Estado, o Timor Leste passa a membro da CPLP. A declaração constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa tem como objetivos principais: i) concentração político-diplomática para defesa e promoção de interesses comuns ou de questões específicas; ii) cooperação e intercâmbio nos

domínios econômico, social e cultural, jurídico e técnico-científico; iii) promoção e defesa da língua portuguesa (Cf. FAULSTICH, 2001, p. 117-8).

O ensino de português nos países africanos de língua oficial portuguesa e no Timor Leste convive com as línguas locais, e, por isso mesmo se faz necessária a formação de quadros docentes que ministrem o ensino bilíngüe, sem que uma língua, no caso a de maior projeção internacional, assimile a outra e cause prejuízos de históricos e políticos à Nação.

No Brasil, embora se conviva com um multilingüismo não-oficial, o espaço é favorável para o ensino e a aprendizagem da língua portuguesa, desde que observados os usos e suas variantes diante do padrão de maior prestígio social. É preciso, portanto, ensinar língua de forma contextualizada, seja do ponto de vista lingüístico, seja do ponto de vista social, visto que, se as diferentes formas de expressão forem ignoradas, há o risco de se passar adiante um estereótipo lingüístico de pouco valor pragmático e prático. O fortalecimento da competência lingüística no português depende de estratégias funcionais em que, além de outras, as políticas de integração e de cooperação estejam envolvidas. Para que se tenha um projeto de intercâmbio equilibrado, caberá aos outros países interessarem-se por aprender o português e, juntamente com as instituições de ensino brasileiras, planificar acordos de cooperação lingüística.

Resultados e Conclusão

Este artigo é o resultado da pesquisa, desenvolvida na rubrica "Política Lingüística: formação histórica e influência do português do Brasil no mundo atual" e que teve por base estudos dirigidos de História da Língua Portuguesa e de Políticas Lingüísticas.

A análise dos aspectos da formação da Língua Portuguesa do Brasil possibilitou a compreensão de como se deu a divisão românica no espaço

geolingüístico da Ibéria; a evolução política do Latim ao Português, com a interferência do mundo árabe na Península Ibérica; a influência da invasão muçulmana na organização lingüística hispânica e portuguesa; as principais divergências entre os cristãos e os muçulmanos na Idade Antiga; a Reconquista e a formação do Estado Português. A partir daí, foi possível compreender, nos dias atuais, comportamentos sociais, lingüísticos e culturais que decorrem de situação política. Além disso, as informações nos possibilitaram compreender como se deu o processo de integração social e lingüística, no espaço continental, desde a Antigüidade até a contemporaneidade, por meio da difusão da Língua Portuguesa.

Vislumbraram-se as condições necessárias para a identificação dos espaços internacionais em que há interesse pela aprendizagem da Língua Portuguesa e os lugares para esse ensino, como língua segunda ou como língua estrangeira, com vistas à comunicação transnacional. O estudo feito num *continuum* histórico sincrônico-diacrônico, e nas diversas sincronias por que passou a Língua Portuguesa, mostrou alguns mecanismos de política lingüística que explicam como se organizam os processos de integração.

Foi visto que o Português sofreu influências de outros povos em sua formação, tanto na Ibéria (em Portugal), quanto na África de língua oficial portuguesa, no Timor Leste e no Brasil. Como decorrência, o que se tem hoje é uma diversidade de fala nos 4 continentes, todas reconhecidas como Português. Diante desse quadro histórico-político, fica evidente que o ensino do Português do Brasil como segunda língua ou como língua estrangeira é essencial para que se continue a levar a Língua Portuguesa pelo mundo afora e, em decorrência, possibilitar o fortalecimento do diálogo de países estrangeiros com o Brasil.

É necessário que o Estado adote estratégias para que ocorra uma difusão da Língua Portuguesa no mundo por meio do ensino dela como segunda língua entre os diferentes povos. Em virtude das diversas relações políticas, econômicas, sociais e lingüísticas que os países mantêm com os falantes da língua portuguesa

ao se comunicarem, essa língua tem um relevante papel político no contexto de um novo mapa de interação entre as nações.

Referências bibliográficas

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica: história das línguas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, vol.1.

CARVALHO, D. G.; NASCIMENTO, M. *Gramática histórica* (para o colegial e vestibulares). 6.ed. São Paulo: Ática, 1970.

CHACON, Vamireh. *A grande Ibéria*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Paralelo 15, 2005.

ILARI, Rodolfo. *Lingüística românica*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1999.

FAULSTICH, Enilde. Planificação lingüística e problemas de normalização. In: BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Alfa, Revista de Lingüística*. São Paulo: UNESP, 1998, n. 42, pp. 247-68.

_____. CPLP: um lugar de falas múltiplas. In: *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)*. Solidariedade e ação política. Brasília:INRI, 2001. pp. 105-43.

SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. 4.ed. Rio de Janeiro: Presença, 1979.